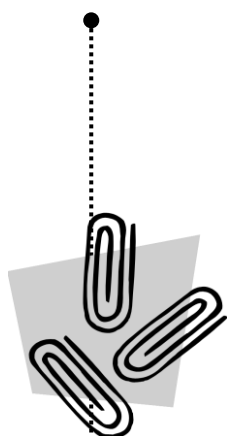


Anexo 7.03



Graus de Bacharel na Universidade do Minho Educação Pré-Escolar e Ensino Primário

Portaria n.º 621/87, de 18 de Julho

Planos de Estudos dos Respectivos Cursos

Portaria n.º 715/87, de 20 de Agosto



Agricultura do Algarve, constante do Decreto Regulamentar n.º 54/86, de 8 de Outubro, um lugar de técnico superior principal, letra D, da carreira de médico veterinário, o qual será extinto quando vagar.

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 12 de Julho de 1987.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 619/87

de 18 de Julho

Encontrando-se a prestar serviço há mais de um ano na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em regime de destacamento, um funcionário pertencente ao quadro de efectivos interdepartamentais, da Secretaria-Geral do ex-MES, importa agora proceder à sua integração no respectivo quadro.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49/84, de 3 de Fevereiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, criar no quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, fixado pelo Decreto-Lei n.º 204/80, de 28 de Junho, um lugar de auxiliar técnico principal, a extinguir quando vagar.

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 6 de Julho de 1987.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *José Manuel Alves Elias da Costa*, Secretário de Estado da Construção e Habitação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-Lei n.º 281/87

de 18 de Julho

Atendendo a que o Decreto-Lei n.º 197/87, de 30 de Abril, antecipou a data da realização das eleições dos representantes do pessoal docente e não docente dos estabelecimentos do ensino preparatório, do ensino preparatório e secundário e do ensino secundário;

Considerando que, por tal motivo, importa, de igual forma, antecipar a data da tomada de posse dos conselhos directivos eleitos;

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 157/78, de 1 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 4.º — 1 — Os conselhos directivos eleitos tomarão posse na 1.ª quinzena do mês de Julho.

2 —

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Junho de 1987. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro*.

Promulgado em 2 de Julho de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 8 de Julho de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Portaria n.º 620/87

de 18 de Julho

Sob proposta da Universidade de Lisboa;

Ao abrigo do disposto no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, aprovar o seguinte:

1.º

Criação

A Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Letras, confere o grau de licenciado em Linguística, ministrando, em consequência, o respectivo curso.

2.º

Entrada em funcionamento

O curso entrará em funcionamento progressivamente, um ano curricular em cada ano lectivo, a partir do ano lectivo de 1987-1988.

3.º

Entrada em vigor

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 17 de Junho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

Portaria n.º 621/87

de 18 de Julho

Sob proposta da Universidade do Minho;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 346/84, de 29 de Outubro;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e o disposto no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *DR*, 2.ª série, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho;

Ao abrigo do disposto no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, aprovar o seguinte:

1.º

Criação

A Universidade do Minho confere:

- a) O grau de bacharel em Educação Pré-Escolar;
- b) O grau de bacharel em Ensino Primário;

ministrando, em consequência, os respectivos cursos.

2.º

Entrada em funcionamento

1 — O curso de educadores de infância entrará em funcionamento progressivamente a partir do ano lectivo de 1987-1988.

2 — O curso de professores do ensino primário entrará em funcionamento progressivamente a partir do ano lectivo de 1987-1988.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 19 de Junho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

Portaria n.º 622/87

de 18 de Julho

Sob proposta do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Ao abrigo do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 173/80, de 29 de Maio, e 263/80, de 7 de Agosto, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, que à alínea b) do n.º 1 do n.º 7.º da Portaria n.º 447/86, de 16 de Agosto, seja feito um aditamento com a seguinte redacção:

7.º

Habilitações de acesso

1 —

- a)
- b)

i)

ii) Cursos regulados pela Portaria n.º 877/85, de 19 de Novembro:

- I) Canto Gregoriano;
- II) Direcção Coral;
- III) Órgão.

2 —

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 2 de Julho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 623/87

de 18 de Julho

A prossecução de programas habitacionais de qualidade e custos controlados, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 236/85, de 5 de Julho, que estabeleceu o novo regime dos contratos de desenvolvimento para habitação (CDH), implica a fixação periódica de certos indicadores, como sejam o dos custos máximos de construção por metro quadrado de área bruta e o dos valores máximos de venda por tipologias, permitindo uma melhor adaptação às condições do mercado e garantindo uma oferta de habitação a preços moderados.

A Portaria n.º 66/87, de 29 de Janeiro, veio fixar tais valores referidos ao mês de Novembro de 1986, pelo que importa proceder agora à sua actualização.

Atendendo aos condicionaisismos específicos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, considerou-se necessária a definição de valores compatíveis à viabilização destes programas habitacionais, fixando-se, para o efeito, através da Portaria n.º 280/87, de 6 de Abril, os custos máximos de construção por metro quadrado de área bruta e os valores máximos de venda das habitações por tipologias para aquelas regiões, valores estes que, de acordo com o disposto no seu n.º 2, são igualmente objecto de revisão pela presente portaria.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nos termos e em execução do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 236/85, de 5 de Julho, o seguinte:

1.º Para as habitações construídas ao abrigo dos contratos de desenvolvimento para habitação são definidos os custos de construção máximos por metro quadrado de área bruta para cada tipologia que se seguem:

- T_1 — 29 000\$;
- T_2 — 28 600\$;
- T_3 — 28 300\$;
- T_4 — 28 000\$.

2.º Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º, os valores máximos de venda das habitações por tipologias são os seguintes:

- T_1 — 2 620 000\$;
- T_2 — 3 380 000\$;
- T_3 — 3 930 000\$;
- T_4 — 4 430 000\$.

2.º

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 1987-1988.

3.º

Regime de transição

Cabe à comissão instaladora da Escola, ouvido o conselho científico, fixar as regras do regime de transição a adoptar para os alunos que hajam estado inscritos no anterior plano de estudos.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 24 de Julho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO I — QUADRO I		CURSO: GESTÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA			
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA		GRAU: BACHAREL			
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA		ANO 1.º			
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)			
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas	
Matemática, Estatística Aplicada e Informática	Anual	-	4	-	
Biologia	Semestral 1	2	4	-	
Sociologia e Economia Agrária	Semestral 1	2	3	-	
Fundamentos de Agricultura (Solos e Rega)	Semestral 1	2	6	-	
Indústria e Comércio	Semestral 1	2	4	-	
Fundamentos de Agricultura II	Semestral 2	2	5	-	
Métodos de Produção Agrícola I	Semestral 2	2	5	-	
Contabilidade Agrícola	Semestral 2	-	5	-	
Introdução à Gestão	Semestral 2	2	3	-	
Instalações Agrícolas	Semestral 2	1	2	-	
OBSERVAÇÕES:					

Portaria n.º 715/87

de 20 de Agosto

Sob proposta da Universidade do Minho;
Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 346/84, de 29 de Outubro;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho;

Na sequência do disposto na Portaria n.º 621/87, de 18 de Julho;

Ao abrigo do disposto no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, que os planos de estudos dos cursos de bacharelato em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário sejam os constantes em anexo à presente portaria.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 24 de Julho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO I — QUADRO I		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA			
UNIVERSIDADE DO MINHO		GRAU: BACHAREL			
		ANO 1.º			
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)			
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas	
Psicologia do Desenvolvimento	Anual	2	2	-	
Correntes Fundamentais de Pedagogia	Anual	1	2	-	
Língua Portuguesa I	Anual	3	3	-	
Matemática I	Anual	2	2	-	
Ciências da Natureza I	Anual	2	2	-	
Educação para a Expressão Não Verbal I	Anual	2	2	-	
Prática Pedagógica I	Anual	-	4	-	
OBSERVAÇÕES:					

ANEXO I — QUADRO II		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA			
UNIVERSIDADE DO MINHO		GRAU: BACHAREL			
		ANO 2.º			
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)			
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas	
Psicologia do Desenvolvimento e Psicopatologia	Anual	1	1	-	
Sociologia Educacional e Educação Comunitária	Anual	1	1	-	
Organização do Processo de Ensino	Anual	1	2	-	
Ciências Sociais	Anual	2	2	-	
Educação para a Expressão Não Verbal II	Anual	2	3	-	
Prática Pedagógica II	Anual	-	4	-	
Opção (1)	Anual	1	2	-	
Língua Portuguesa II	Semestral 1	1	2	-	
Matemática II e Ciências da Natureza II	Semestral 2	2	3	-	
OBSERVAÇÕES: (1) N.º 10.º de Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho.					

ANEXO I — QUADRO III		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA			
UNIVERSIDADE DO MINHO		GRAU: BACHAREL			
		ANO 3.º			
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)			
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas	
Organização do Centro Educativo	Anual	1	1	-	
Introdução à Investigação para Decisão	Anual	1	1	-	
Introdução à Educação Especial	Semestral 1	1	1	-	
Educação Social	Semestral 1	1	2	-	
Educação para a Saúde	Semestral 1	2	1	-	
Educação para a Expressão Não Verbal III	Semestral 1	2	4	-	
Prática Pedagógica III	Semestral 1	-	4	-	
Opção (1)	Semestral 1	1	1	-	
Seminário	Semestral 2	-	-	3 (2)	
Prática Pedagógica IV	Semestral 2	-	22	-	
OBSERVAÇÕES: (1) N.º 10.º de Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho.					
(2) Em seminário.					

ANEXO II — QUADRO I		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO			
UNIVERSIDADE DO MINHO		GRAU: BACHAREL			
		ANO 1.º			
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)			
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas	
Psicologia do Desenvolvimento	Anual	2	2	-	
Correntes Fundamentais de Pedagogia	Anual	1	2	-	
Língua Portuguesa I	Anual	3	1	-	
Matemática I	Anual	2	2	-	
Ciências da Natureza I	Anual	2	2	-	
Educação para a Expressão Não Verbal I	Anual	2	2	-	
Prática Pedagógica I	Anual	-	4	-	
OBSERVAÇÕES:					

CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO				
UNIVERSIDADE DO MINHO GRAU: BACHAREL ANO 2.º				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas
Psicologia Educacional e Educação Comunitária	Anual	1	1	-
Desenvolvimento Curricular e Organização do Processo de Ensino	Anual	1	2	-
Língua Portuguesa II	Anual	1	2	-
Ciências Sociais I	Anual	2	2	-
Educação para a Expressão Não Verbal II	Anual	2	3	-
Prática Pedagógica II	Anual	-	4	-
Opção (I)	Anual	1	2	-
Matemática II	Semestral 1	2	2	-
Ciências da Natureza II	Semestral 2	2	2	-
OBSERVAÇÕES: [1] N.º 10.º de Portaria n.º 352/86, de 8 de Junho.				

CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO				
UNIVERSIDADE DO MINHO GRAU: BACHAREL ANO 3.º				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas
Organização e Administração Escolar	Anual	1	1	-
Educação Social	Semestral 1	1	2	-
Introdução à Educação Especial	Semestral 1	1	1	-
Língua Portuguesa III	Semestral 1	1	1	-
Ciências Sociais II	Semestral 1	1	2	-
Educação para a Saúde	Semestral 1	2	1	-
Educação para a Expressão Não Verbal III	Semestral 1	2	4	-
Prática Pedagógica III	Semestral 1	-	4	-
Opção (II)	Semestral 2	1	1	-
Seminário	Semestral 2	-	-	3(2)
OBSERVAÇÕES:				

CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO				
UNIVERSIDADE DO MINHO GRAU: BACHAREL ANO 3.º				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas
Prática Pedagógica IV	Semestral 2	-	20	-
OBSERVAÇÕES: [1] N.º 10.º de Portaria n.º 352/86, de 8 de Junho.				
[2] Em seminário				

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 315/87

de 20 de Agosto

A crescente participação dos transportes no desenvolvimento e no equilíbrio económico-sociais exige o ordenamento racional das suas infra-estruturas, em particular das que se apresentam com efeitos marcadamente estruturantes em áreas regionais de feição metropolitana, sem o que se correrá o risco de elevados custos e injustificadas assimetrias — fonte de bloqueios e rupturas em tecidos sócio-económicos — por inadequação dos transportes às novas exigências culturais, sociais, económicas, energéticas e até ecológicas de uma sociedade em expansão.

A região de Lisboa é, no País, uma das que mais carece de intervenção no sentido referido e o caminho de ferro, entre os modos de transporte que nela operam, o que requer maior e mais urgente atenção. Nesta perspectiva, alguns dos empreendimentos a promover assumem, à partida, especial relevância, sendo de citar:

- Reformulação da linha de cintura, incluindo o ramal de Alcântara;
- Beneficiação da linha de Sintra;
- Extensão da linha do Oeste, como suburbana, a Torres Vedras;
- Melhoria da linha de Cascais;
- Reestruturação da linha do Norte até Azambuja, como suburbana, e construção da nova estação terminal de Lisboa;
- Inscrição do atravessamento ferroviário do Tejo na Ponte de 25 de Abril;
- Promoção, a mais longo prazo, do segundo atravessamento ferroviário do rio Tejo.

Daqui decorre a convicção da necessidade da criação imediata de um órgão capaz de promover, coordenar, desenvolver e controlar as acções e os meios necessários à permanente adequação, quantitativa e qualificativa, do transporte ferroviário à expansão sócio-económica da área metropolitana de Lisboa.

Tratando-se, porém, de um conjunto de acções de extraordinária dimensão nos aspectos social, económico, financeiro e de construção e sendo as infra-estruturas da directa responsabilidade do Estado, justifica-se a criação de um órgão que dele dependa directamente, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, a operar em estreita colaboração com a CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — É criado o Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, organismo com carácter eventual, sob a tutela do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, gozando de personalidade jurídica e autonomia administrativa.

2 — O Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, adiante designado por Gabinete, tem a sua sede em Lisboa.

Art. 2.º O pessoal técnico, administrativo e auxiliar necessário ao funcionamento do Gabinete será assegurado pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Art. 3.º — 1 — O Gabinete tem por atribuições a promoção, a coordenação, o desenvolvimento e o controle de todas as actividades relacionadas com o nó ferroviário de Lisboa, sendo da sua competência, nomeadamente:

- a) Promover a elaboração de todos os estudos que se tornem necessários à realização dessas actividades ou com ela relacionados;
- b) Proceder à abertura de concursos para estudos prévios, anteprojectos e projectos ligados aos empreendimentos ferroviários de carácter regional;
- c) Proceder à abertura e análise das propostas para a adjudicação da execução de obras incluídas nos empreendimentos;



Bacharelatos em Educação Infantil e Básica Inicial

1 - Objectivos e enquadramento profissional.

A formação de educadores e professores de educação infantil e básica obedece fundamentalmente à necessidade de preparar educadores e professores com um perfil profissional adequado às exigências integradoras destes níveis de ensino. Isto pressupõe uma estrutura curricular integrada entre:

- a aquisição de conhecimentos, destrezas, técnicas e arte específicas das diferentes áreas que integram o perfil de um educador/professor generalista;
- a aquisição de um conhecimento profissional-pedagógico através do domínio de conhecimento, valores, atitudes e competências específicas do âmbito das Ciências da Educação fundamentais e aplicadas;
- a aquisição de um "saber fazer" através de uma formação prática que privilegie o contacto progressivo com os problemas da realidade educativa, através da componente da prática pedagógica.

Após a obtenção com aproveitamento em todas as disciplinas constantes do plano de estudos, prática pedagógica incluída, os cursos conferem o grau de Bacharel em Educação de Infância e Bacharel em Ensino Básico do 1.º Ciclo. Estes bacharelatos constituem habilitação para o exercício profissional nos respectivos níveis de ensino. A conclusão do curso com aproveitamento permite ao Bacharel candidatar-se aos concursos de Educadores e Professores do Ensino Básico do 1.º Ciclo.

Dos pressupostos supra referidos decorre a estrutura curricular adoptada, baseada numa estreita interligação entre aqueles três âmbitos de formação.

Os planos de estudo são comuns para ambos os cursos no 1.º ano, tornando-se progressivamente diferenciados durante o 2.º e o 3.º anos.

A componente de prática pedagógica rege-se pela Portaria n.º 336/88, de 28 de Maio, e assume a forma de estágio no 3.º ano dos cursos.

2 - Estrutura curricular e planos de estudos.

Para obter os quadros com a informação sobre a estrutura curricular e o plano de estudos dos cursos em Educação Infantil e Básica Inicial, faça click sobre os mesmos:

- [Educação de Infância](#)
- [Ensino Básico do 1.º Ciclo](#)

3 - Classificação final.

A classificação final dos cursos é obtida a partir das classificações de cada disciplina e do factor de ponderação das respectivas unidades de crédito e ainda aos índices atribuídos à componente de Prática Pedagógica ou de Projecto, de acordo com a fórmula:

$$\text{Média Final} = \frac{\sum_{i=1}^n f_i C_i N_i}{\sum_{i=1}^n f_i C_i}$$

em que n é o número de disciplinas do plano de estudos, N_i é a classificação obtida em cada disciplina, C_i é o correspondente número de unidades de crédito e f_i é um factor com valor 2 para as disciplinas de Prática Pedagógica, Seminário ou Projecto e com valor 1 para as restantes disciplinas.



[[Home](#)] [[O IEC ...](#)] [[Lista telefones/e-mail](#)] [[Portfolio](#)]
[[Regulamento](#)] [[Plano de Desenvolvimento](#)] [[Departamentos](#)]
[[Cursos](#)] [[Centro de Estudos da Criança](#)] [[Boletim - "IEC informação"](#)] [[Eventos](#)]



Bacharelato em Educação Infantil e Básica Inicial

Curso de Ensino Básico do 1º Ciclo

Bacharelato em Ensino Básico do 1º Ciclo

(Criado pela Portaria nº 621/87, de 18 de Julho)
(Reestruturado pela Resolução SU-14/91 do Senado Universitário)

Estrutura Curricular

Áreas científicas do curso: Educação Infantil e Básica Inicial.					
Duração normal do curso: 3 anos lectivos.					
Condições necessárias à concessão do grau: 100 unidades de crédito.					
Áreas científicas e distribuição das unidades de crédito:					
ÁREAS CIENTÍFICAS OBRIGATÓRIAS			ÁREAS CIENTÍFICAS OPTATIVAS		
Cód.	Área científica	U.C.	Cód.	Área científica	U.C.
CEC	Ciências da Educação da Criança	39,0			
EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte	17,0			
CHS	Ciências Humanas e Sociais	19,0			
ECEN	Educação em Ciências Exactas e da Natureza	18,5			
CFE	Ciências Fundamentais da Educação	6,5			
TOTAL		100			
Precedências:					
EXIGE-SE A APROVAÇÃO EM:			PARA A INSCRIÇÃO EM:		
Prática Pedagógica II			Prática Pedagógica III		

Plano Curricular

ANO	ÁREA CIENT	DISCIPLINAS	REGIME			HORAS LECTIVAS/SEMANA					UNID. CRÉD	
			A	1ºS	2ºS	1	1P	3E	P	TOTAL		
										1ºS	2ºS	
1º	CEC	Psicologia do Desenvolvimento da Criança	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CFE	Correntes Fundamentais da Pedagogia	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte I	X			2	0	0	3	5	5	6,5
	CHS	Língua Portuguesa I - Introd. aos Estudos Linguísticos e Literários e Prática da Língua	X			3	0	0	3	6	6	8,5
	ECEN	Matemática I - Fundamentos Lógicos-Matemáticos										
			X			2	0	0	2	4	4	5,5
	ECEN	Ciências da Natureza I - Fundamentos	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CEC	Prática Pedagógica I	X			0	0	0	3	3	3	2,5
		TOTAL								29	29	37,5
2º	CEC	Desenvolvimento Curricular e Metodologia do Ensino Básico Inicial	X			2	0	0	3	5	5	6,5
	CEC	Novas Tecnologias do Ensino	X			1	0	0	1	2	2	3,0
	CFE	Sociologia Educacional	X			1	0	0	1	2	2	3,0
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte II	X			2	0	0	4	6	6	7,0
	CHS	Língua Portuguesa II - Literatura Infantil e Didáctica da Leitura e da Escrita	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	CHS	Ciências Sociais I - Fundamentos	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	ECEN	Ciências da Natureza II - Didáctica das Ciências da Natureza		X		2	0	0	2	4		3,0
	ECEN	Matemática II - Didáctica do Cálculo Aritmético			X	2	0	0	2		4	3,0
	CEC	Prática Pedagógica II	X			0	0	0	4	4	4	3,0
			TOTAL								29	29
3º	CEC	Educação Social		X		1	0	0	2	3		2,0
	CEC	Introdução à Educação Especial		X		1	0	0	1	2		1,5
	CEC	Organização da Escola Básica Inicial		X		1	0	0	2	3		2,0
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte III		X		2	0	0	4	6		3,5
	CHS	Língua Portuguesa III - Didáctica da Leitura e da Escrita		X		1	0	0	2	3		2,0
	CHS	Ciências Sociais II - Didáctica		X		1	0	0	2	3		2,0
	ECEN	Matemática III - Didáctica da Geometria e Análise de Manuais		X		1	0	0	1	2		1,5
	CEC	Prática Pedagógica III			X	0	0	20	0		20	10,0
	CEC	Seminário de Reflexão sobre a Prática Pedagógica			X	0	0	6	0		6	3,0
			TOTAL								21	26

Observação:

- Nos termos do nº 2 da Portaria nº 381/87, de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3.º ano, como disciplina de opção, de frequência facultativa, a Educação Moral e Religiosa Católica e sua Didáctica (1-0-0-1; 1,5 u.c.).



[\[Home \]](#)
[\[O IEC ... \]](#)
[\[Lista telefones/e-mail \]](#)
[\[Portfolio \]](#)
[\[Regulamento \]](#)
[\[Plano de Desenvolvimento \]](#)
[\[Departamentos \]](#)
[\[Cursos \]](#)
[\[Centro de Estudos da Criança \]](#)
[\[Boletim - "IEC informação" \]](#)
[\[Eventos \]](#)



Bacharelato em Educação Infantil e Básica Inicial

Curso de Educação de Infância

Bacharelato em Educação de Infância

(Criado pela Portaria nº 621/87, de 18 de Julho)
(Reestruturado pela Resolução SU-14/91 do Senado Universitário)

Estrutura Curricular

Áreas científicas do curso: Educação Infantil e Básica Inicial.					
Duração normal do curso: 3 anos lectivos.					
Condições necessárias à concessão do grau: 100 unidades de crédito.					
Áreas científicas e distribuição das unidades de crédito:					
ÁREAS CIENTÍFICAS OBRIGATÓRIAS			ÁREAS CIENTÍFICAS OPTATIVAS		
Cód.	Área científica	U.C.	Cód.	Área científica	U.C.
CEC	Ciências da Educação da Criança	44,5	CHS	Ciências Humanas e Sociais	2,0
EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte	19,0	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte	
CHS	Ciências Humanas e Sociais	15,5	CEC	Ciências da Educação e da Criança	
ECEN	Educação em Ciências Exactas e da Natureza	12,5	ECEN	Educação em Ciências Exactas e da Natureza	
CFE	Ciências Fundamentais da Educação	6,5		Filosofia e Cultura	
TOTAL		98,0	TOTAL		2,0
Precedências:					
EXIGE-SE A APROVAÇÃO EM:			PARA A INSCRIÇÃO EM:		
Prática Pedagógica II			Prática Pedagógica III		

Plano de Estudos

ANO	ÁREA CIENT	DISCIPLINAS	REGIME			HORAS LECTIVAS/SEMANA						UNID. CRÉD
			A	1ºS	2ºS	1	1P	3E	P	TOTAL		
										1ºS	2ºS	
1º	CEC	Psicologia do Desenvolvimento da Criança	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CE	Organização dos Serviços de Apoio Sócio-Educativo à Criança	X			1	0	0	1	2	2	3,0
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte I - Educação Física e Dramática	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte II - Educação Visual e Musical	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CHS	Língua Portuguesa I-Introd. aos Estudos Linguísticos e Literários e Prática da Língua	X			3	0	0	3	6	6	8,5
	ECEN	Ciências da Natureza I - Fundamentos	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CEC	Prática Pedagógica I	X			0	0	0	3	3	3	2,0
TOTAL										29	29	37,0
2º	CEC	Psicopedagogia da Infância e Metodologia da Educação da Infância	X			2	0	0	3	5	5	6,5
	CEC	Novas Tecnologias do Ensino	X			1	0	0	1	2	2	3,0
	CFE	Sociologia Educacional	X			1	0	0	1	2	2	3,0
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte III	X			2	0	0	3	5	5	6,5
	CHS	Língua Portuguesa II - Literatura Infantil e Aquisição da Linguagem	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	CHS	Ciências Sociais	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	ECEN	Matemática		X		2	0	0	3	5		3,0
	ECEN	Ciências da Natureza II - Didáctica das Ciências da Natureza			X	1	0	0	2		3	2,0
	CEC	Prática Pedagógica II	X		X	0	0	0	4	4	4	3,0
		Opção I			X	0	1	0	1		2	1,0
TOTAL										29	29	35,0
3º	CEC	Metodologia da Investigação Pedagógica		X		2	0	0	2	4		3,0
	CEC	Educação Social		X		1	0	0	2	3		2,0
	CEC	Introdução à Educação Especial		X		1	0	0	1	2		1,5
	CEC	Organização do Centro Educativo		X		1	0	0	2	3		2,0
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte IV		X		2	0	0	4	6		3,5
	ECEN	Educação para a Saúde		X		1	0	0	2	3		2,0
	CEC	Prática Pedagógica III			X	0	0	20	0		20	10,0
		Opção II		X		0	1	0	1	2		1,0
	CEC	Seminário de Reflexão sobre a Prática Pedagógica			X	0	0	6	0		6	3,0
TOTAL										23	26	28,0

Observação:

- Nos termos do nº 2 da Portaria nº 381/87, de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3.º ano, como disciplina de opção, de frequência facultativa, a Educação Moral e Religiosa Católica e sua Didáctica (1-0-0-1; 1,5 u.c.).

Opções**I**

- Mentalidades e Cultura Portuguesa
- Oficina de Escrita
- Mundo Contemporâneo e o Cristianismo
- Arte e Expressão Popular

II

- Educação para a Comunicação Social
- Educação Ambiental
- Protecção do Património Cultural

